



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Nº 002/2026

DATA: 14/01/2026

DISPOSITIVO LEGAL: Art. 16, inciso I da LC 101/2000.

FINALIDADE: Revisão geral anual de 4,26% e aumento real de 3%.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Nº 002/2026

O presente impacto orçamentário e financeiro tem como objetivo o estudo da viabilidade orçamentária e financeira com a finalidade de conceder revisão geral anual de 4,26% e aumento real de 3% aos servidores do Poder Legislativo.

I - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Para a projeção da despesa servirá como base de cálculo a média anual da folha de pagamento do exercício de 2025, assim discriminada:

2025	Servidores	Vereadores	Total
Valor da folha	194.444,30	419.898,94	614.343,24
Revisão geral 4,26%	8.283,32	17.887,69	26.171,01
Aumento real 3 %	6.081,82	0,00	6.081,82
Total da folha	208.809,44	437.786,63	646.596,07

Conforme demonstrado acima, o valor total da folha de pagamento com o aumento pretendido passará de R\$ 614.343,24 para R\$ 646.596,07, ou seja, um **aumento anual de R\$ 32.252,83.**

Dotação Orçamentária:

A seguir será demonstrada a dotação orçamentária disponível para a folha de pagamento até o final do exercício de 2026.

Dotação	Saldo disponível
01.001.0001.0031.3001.2001.3319000000000000	703.100,00

II – DA COMPATIBILIDADE COM O PPA, LDO E LEI DE ORÇAMENTO

No tocante à compatibilidade do aumento proposto com o PPA, LDO e LOA, segundo que dispõe o art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) considera-se compatível a despesa quando a mesma se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições. Nesse sentido, a despesa proposta é compatível com o PPA, LDO e LOA.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL**

Assim, considerando os valores consolidados previstos no orçamento, aqui entendidos como os créditos genéricos a que refere a LRF, tem-se que existe saldo orçamentário suficiente para o aumento proposto nas despesas com pessoal.

III - IMPACTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

Para o cálculo da despesa com pessoal foi tomado como base o valor total gasto nos últimos 12 meses e a projeção da inflação média anual (IPCA) para os próximos exercícios.

Já para a projeção da RCL foi usado como base o arrecadado nos últimos 12 meses mais a projeção da inflação média anual (IPCA) e o crescimento esperado do PIB.

Dessa forma, o quadro a seguir demonstra a evolução das despesas com pessoal do Poder Legislativo nos últimos três exercícios encerrados e sua projeção para os próximos três exercícios:

Exercício	Receita Corrente Líquida	Gastos Com Pessoal	% / RCL
2023	20.908.852,02	539.792,18	2,58%
2024	24.279.826,93	545.816,26	2,25%
2025	26.793.127,57	614.343,24	2,29%
2026	LOA 28.000.000,00	Com aumento pretendido: 646.596,07	2,30%
2027	28.000.000,00 + IPCA 3,50% + PIB 2,00% = 29.540.000,00	646.596,07 + IPCA 3,50% = 669.226,93	2,26%
2028	29.540.000,00 +IPCA 3,50% + PIB 2,00% = 31.164.700,00	669.226,93 +IPCA 3,50% = 692.649,87	2,22%

Conforme demonstrado acima, em nenhum exercício a despesa com pessoal ultrapassa os limites definidos na Lei de Responsabilidade.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL

RESULTADO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

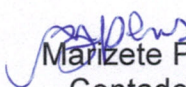
a - Atende ao exigido no art. 20 inciso III, da LC 101/2000, que o Gasto com Pessoal não ultrapasse a 6% da Receita Corrente Líquida;

b - Atende ao exigido no art. 22, parágrafo único da LC 101/2000, não ultrapassar os 95% do estabelecido no art. 20 inciso III, ou seja, 5,70% da Receita Corrente Líquida para o Legislativo;

c - Atende ao exigido no art. 29-A da Constituição Federal e ao art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, isto é, está dentro do limite legal dos gastos totais;

d - Portanto, o parecer é favorável, pois considerando o impacto orçamentário e financeiro apresentado, nota-se como possível a execução do objeto pretendido limitados aos valores constantes neste demonstrativo.

Lagoa Bonita do Sul, 14 de janeiro de 2026.


Marizete Pens
Contadora
CRC/RS 66.353/0-9



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA
LRF Art. 16 inciso II

Eu, CARLOS ALEXANDRE LYRA, Presidente do Legislativo de Lagoa Bonita do Sul, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101-2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro que **visa conceder revisão geral anual de 4,26% e aumento real de 3% aos servidores do Legislativo, DECLARO** existir recursos orçamentários e financeiros para a execução das despesas decorrentes do aumento proposto, conforme parâmetros macroeconômicos projetados, estando adequados aos percentuais estabelecidos pela legislação em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal.

Lagoa Bonita do Sul, 14 de janeiro de 2026.

CARLOS ALEXANDRE LYRA
Presidente Legislativo